

Em busca do equilíbrio, da justiça e da felicidade

Carlos Morais Affonso Júnior

Os professores de Filosofia do Direito normalmente comentam e discutem em classe a obra “**ÉTICA A NICÔMACO**”¹, do filósofo grego Aristóteles, que passamos a apresentar ao leitor em apertada síntese, sem pretensão conduzir o tema a análise aprofundada, para o qual recomendamos a leitura do texto completo e de escritos elaborados por estudiosos e especialistas.

O texto, concebido por notável pensador da Grécia antiga, trata da necessidade de se buscar equilíbrio nas atitudes, comportamentos e decisões, já que somente pelo chamado “meio-termo”, alcançado com experiência, exercício e ponderação, poderá o homem praticar as suas virtudes² adequadamente, aproximando-se de uma vida feliz.

Nessa linha de raciocínio, os excessos, vícios e a ausência de uma atitude adequada implicarão no cometimento de erros e injustiças, consolidando defeitos de caráter e de formação. Assim, o homem deve perceber que a partir dos seus atos e do seu agir poderá ou não desenvolver bom caráter e boas amizades – porque um homem é julgado necessariamente por seus atos, sendo recomendável o agir de modo ideal.

Nesse contexto, é considerado feliz “*aquele que age conforme a virtude perfeita e está provido de bens exteriores*” (..) “*obedecendo as limitações da natureza humana*”³.

Com propriedade Aristóteles diz que tudo que fazemos se volta à busca da felicidade, à busca de realizações, sem que se afaste a condição de “*homens políticos*” sujeitos à lei⁴.

O ser humano deve despertar consciência acerca de suas potencialidades posto que “*a felicidade humana não se acha no corpo mas na alma do homem*” de modo que “*o político* (leia-se homem civilizado, cidadão) *deve ter algum conhecimento do que diz respeito à alma, assim como deve conhecer o corpo todo aquele que se propõe a estudar e curar os olhos*”. Nessa linha, buscando um exemplo mais atual, não se conduz um automóvel sem se conhecer um pouco sobre seu funcionamento e suas partes.

Para Aristóteles o homem desenvolve essencialmente duas espécies de virtudes, que classifica como pertencentes ao ramo **intelectual** ou **moral**.

A virtude **intelectual** relaciona-se ao ensino e requer experiência e tempo, enquanto que a **moral** é adquirida pelo hábito, pela ética da conduta, de modo que incorporamos seus

atributos da mesma forma que um tocador de lira se torna um tocador de lira – tocando -, sendo certo que a legislação procura inculcar bons hábitos nos cidadãos (não roubar, não trair, não deserdar, não enganar etc.).

Pelos nossos **atos** com outras pessoas podemos ser considerados justos ou injustos, corajosos ou covardes – de modo que melhor será habituarmos-nos a agir desta ou daquela maneira desde a infância.

Nosso agir, para o devido desenvolvimento das virtudes, deve afastar-se de deficiências e excessos, assim como um homem saudável deve realizar exercícios moderadamente evitando exageros. É que *“nada é possível acrescentar nem tirar das boas obras de arte”*.

O texto destaca que, no geral, *“a virtude relaciona-se com paixões e ações em que o excesso é uma forma de erro tanto quanto a carência, enquanto que o meio-termo é uma forma digna de louvor”*⁵.

Por tratar das **ações**⁶ Aristóteles ressalva que nem sempre a pessoa terá plenas condições e liberdade de decidir, indicando o exemplo de um navio onde os tripulantes jogam cargas valiosas ao mar durante tempestade para assegurar a salvação dos viajantes, ato sensato com propósito elevado. A voluntariedade, no caso, há que ser sopesada pela eventual inexigibilidade de conduta diversa, de modo que as circunstâncias fáticas não que ser ponderadas sempre quando estiver em foco a conduta humana⁷.

Há que se evitar o agir por **paixão**, a prática de ato por impulso, porque redundará, na grande maioria das vezes, num ato desastroso que não é querido e que pode resultar em sofrimento e reprovação social. Não convém, por exemplo, agredir terceiros fisicamente em uma discussão, porque tal ato colide com a lei e trará implicações diversas ao agressor.

Deve o homem sempre refletir buscando a solução e atitude mais acertada, fazendo uso da razão e do pensamento, reprimindo na medida do possível os impulsos e as paixões, buscando o melhor e mais eficaz meio para atingir um **fim**.

O **fim**, sem se esgotar todo o raciocínio exposto por Aristóteles, dentro de uma concepção “nobre e agradável” vai ser o **bem**, por que o **homem bom** saberá escolher evitando o mal e o sofrimento⁸, pois, no geral *“depende de nós praticar atos nobres ou vis, e se isso é que significa ser bom ou mal, então depende de nós sermos virtuosos ou viciosos”*.

O filósofo fala sobre virtudes de modo mais detalhado, que sintetizamos da seguinte forma:

(I) VIRTUDES MORAIS

a) **Coragem**, o meio-termo entre medo e temeridade. Temer certas coisas é justo – e seria vil não temê-las. Não convém, contudo, temer a pobreza ou a doença, nem aquilo que proceda do vício. O bravo é destacado como aquele que se mostra destemido face à morte honrosa. Em oposição há o covarde que excede no medo porque teme o que não deve

temer, falta-lhe confiança e o mesmo é dado ao desespero por temer certas coisas, no que vemos como paranóia;

b) **Temperança**, o meio-termo em relação aos prazeres e as dores. Relaciona-se à justa medida nos prazeres. Os excessos vão resultar em intemperança, motivo de censura porque acabam por dominar o homem, sendo ideal a buscar de moderação de modo racional;

c) **Liberalidade**, consistente no adequado lidar com dinheiro, sem gastar em excesso, como faz o pródigo, sem ser, contudo, avarento. É saber distribuir as riquezas;

d) **Magnificência**, implica no saber usar grandes quantias, cujo dispêndio deve se adequar às circunstâncias de modo a evitar a vulgaridade e o mau gosto, e por outro lado a mesquinhez. O gasto deve ser apropriado e a magnificência deve ser exercida por quem tenha bens, não por pessoas pobres. Exemplifica-se o exagero com um jantar de amigos na escala de um banquete de núpcias;

e) **Justo Orgulho** ou respeito próprio – É o meio-termo em relação à honra e à desonra. O excesso é a ‘ vaidade-oca ’ e a deficiência é a humildade indébita. O homem magnânimo reclama a honra, mas aquela honra conferida ao homem bom lhe dará apenas prazer moderado;

f) **Calma** - meio-termo com relação à cólera, aquele que excede é o irascível, o que fica aquém é o pacato. Louva-se o homem que se encoleriza justificadamente, porque tende a não se deixar perturbar e muito menos se conduzir pela paixão, mas ira-se da maneira, com as coisas e no tempo prescrito. A deficiência é a pacatez – relativa às pessoas que não se encolerizam com coisas que deveriam excitar sua ira, justificando a fama de tolos, insensíveis; O excesso é o homem irascível, que encoleriza-se com coisas indevidas e mais do que convém;

g) **Veracidade** - é o meio-termo no tocante à verdade, o exagero é a jactância e o que a subestima é a falsa modéstia;

h) **Espirituosidade** é o meio-termo na apazibilidade no proporcionar divertimento. O excesso é a grosseria e a deficiência a rusticidade;

i) **Amabilidade** - é o meio-termo na disposição de agradar a todos de maneira devida e amável; o excesso é o obsequioso se não tiver propósito, e lisonjeiro se visa a um interesse próprio; a deficiência é a pessoa mal humorada;

j) **Modéstia** o intermediário nas paixões e relativo a elas; aquele que excede é o acanhado e este se envergonha de tudo, enquanto aquele que mostra deficiência é o despudorado e não se envergonha de coisa alguma;

l) **Justa Indignação** - é o meio-termo entre a inveja e o despeito, e refere-se à dor ou prazer da boa ou má fortuna dos outros. O excesso é a inveja, e a deficiência é o despeito.

m) **Justiça** - disposição de caráter que torna as pessoas propensas a **fazer o que é justo e a desejar o que é justo**. Virtude completa, muitas vezes considerada a maior das virtudes, pois pode ser exercida sobre si e sobre o próximo. O melhor dos homens é aquele que exerce sua virtude para com o outro, pois essa tarefa é a mais difícil.

A justiça se manifesta na **distribuição** das honras, de dinheiro (**justiça distributiva**⁹); e, por outra vertente, através de seu papel corretivo nas transações entre os indivíduos (**justiça reparativa**¹⁰).

A justiça política divide-se em natural e legal. A natural é aquela que tem **a mesma força em toda parte**¹¹; a **legal** é a justiça estabelecida. Alguns pensam que toda justiça é estabelecida porque há alterações nas coisas percebidas como justas, e se fossem naturais, teriam que ser imutáveis, como o fogo que arde em toda a parte. No entanto, ambas as espécies de justiça são mutáveis, as coisas justas por convenção assemelham-se a medidas, que não são iguais em toda parte.

No tocante à justiça, cabe destacar que é o caráter voluntário ou involuntário que determina o justo. **O homem somente é justo quando age de maneira voluntária**, e se age involuntariamente não é justo nem injusto, a não ser por acidente.

Na justiça estaria contida toda virtude. Aristóteles fala da força da “*lei não-escrita*” e da justiça como **medida de proporcionalidade**.

(II) VIRTUDES INTELLECTUAIS

O homem pode atingir a verdade através de cinco caminhos: arte, conhecimento científico, sabedoria prática, sabedoria filosófica e razão intuitiva.

O **conhecimento científico** relaciona-se ao que pode ser ensinado e demonstrado, formando uma convicção.

A **arte** visa a geração e se ocupa em inventar e em considerar as maneiras de produzir alguma coisa.

A **sabedoria prática** é encontrada no homem que delibera bem sobre o que é bom e conveniente para si e para a vida em geral. Relaciona-se com a experiência.

A **Razão Intuitiva** consiste no que aprender a verdade universal, de modo científico e indutivo.

A **Sabedoria Teorética** revela-se pela razão intuitiva combinada com o conhecimento científico, orientado para objetivos mais elevados. É o conhecimento mais perfeito. Admite-se que a sabedoria prática pode ajudar a desenvolver a sabedoria teorética.

EM CONCLUSÃO,

FINALIDADE E OBJETIVO DAS VIRTUDES.

Pelo breve relato que fizemos do texto de Aristóteles podemos concluir, em suma, o seguinte:

- a) O exercício das virtudes na exata medida, ou seja, no “**meio-termo**”, ajudará a escolher o **melhor fim** a atingir, e também **os justos meios** para o que nos propomos alcançar, usando da nossa inteligência. O mesmo “meio-termo” parece refletir na Justiça no seu ideal de proporcionalidade, dando a cada um o que é seu (*suum cuique tribuere*) na exata medida.
- b) O conhecimento acumulado, nessa operação, revela-se de suma importância, já que, analogicamente, “*a medicina não domina a saúde, mas fornece meios de produzi-la*”, sendo imperioso compreendermos como e por quais meios podemos nos tornar bons e felizes tomando decisões adequadas;
- c) O conhecimento há que ser atrelado ao desenvolvimento e exercício dos bons hábitos, buscando-se a melhoria sempre e o afastamento dos vícios e exageros;
- d) É importante ter em mente que os relacionamentos serão facilitados¹² quando incorporarmos de modo constante no nosso agir o bom senso e a razão. Viver de maneira elevada, sem ser conduzido nas atitudes por impulsos ou paixões e com adoção de boas direções e deliberações por certo conduzirá a uma vida feliz que Aristóteles denomina de **boa vida**.

[1] Tendo por base o texto integral traduzido para o português por Pietro Nassetti, publicado em 2006 pela Editora Martin Claret, São Paulo/SP, como integrante da coleção “Obra-Prima de Cada Autor”

[2] “disposições de espírito louváveis”, conforme consta ao final da pág. 39

[3] pág.34.

[4] pág.36.

[5] pág. 48, ao final.

[6]

[7] Como se sabe conduta, por definição, é sempre humana.

[8] Pág. 65

[9] Se as pessoas não são iguais, não terão igualdade na maneira como são tratadas. Um escravo não terá a mesma justiça que tem o seu amo.

[10] Mais fácil de visualizar pela aplicação das penas.

[11] Fácil é lembrar do termo “direito natural” nessa hora, que será amplamente tratado por S. Tomas de Aquino.

[12] A obra muito fala sobre amizade. Para Aristóteles num plano mais elevado o homem deseja o bem do seu amigo por amor ao amigo, por prazer e bondade, e não como um meio para sua felicidade. Num plano inferior necessita de *amizades úteis* – posto que um amigo ajuda o outro a viver a melhor vida.

Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4080/Em-busca-do-equilibrio-da-justica-e-da-felicidade>

Acesso em: 17 ago. 2009.